

5 – Relatório de Gestão



5. RELATÓRIO DE GESTÃO

5.1 APRESENTAÇÃO

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins - FAPT atendendo a determinação da Controladoria Geral do Estado do Tocantins como em cumprimento a Lei Federal 4.320/64, que Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para a Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, apresenta ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, a Prestação de Contas desta Fundação, referente ao exercício de 2012.

O presente Relatório de Gestão é composto de Balanço Orçamentário, Patrimonial e Financeiro, incluindo suas respectivas demonstrações e anexos que demonstrem a fidelidade das informações contábeis, juntamente com as demais peças exigidas pela Instrução Normativa - TCE n.º 006/2003 e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e pela Lei Orçamentária Anual - LOA, que representa adequadamente em todos os seus aspectos relevantes, a situação da execução orçamentária financeira e a posição patrimonial.

5.2 BASE LEGAL

Constituição Estadual do Tocantins de 1989 artigos 142 a 145;

Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 – institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei 101 de 04 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Lei 4.320 de 17 de março de 1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Instrução Normativa 006 de 25 de junho de 2003 - Regulamenta a prestação de contas anual da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, para os exercícios de 2003 e seguintes;

Decreto nº 4.679 de 24 de abril de 2003 - Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2012, e adota outras providências.;



Decreto 2.595 de 2005 - Dispõe sobre a prestação de contas anual do Chefe do Poder Executivo e dos administradores dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, e adota outras providências;

Decreto 4.291 de 05 de maio de 2011 - ;

Lei Complementar nº 71 de 31 de março de 2011; Lei de Criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins;

Resolução nº 01 de 20 de abril de 2012: aprova o Regimento Interno da FAPT.

Decreto Estadual nº 4.557, de 30 de maio de 2012 - Dispõe sobre obrigatoriedade do visto do Governador do Estado em procedimento licitatório;

Decreto Estadual nº 3.943, de 20 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo para o exercício de 2010, e adota outras providências;

Decreto Estadual nº 4.181, de 25 de outubro de 2010 - Altera dispositivos dos Decretos 4.172, de 8 de outubro de 2010, e 3.943, de 20 de janeiro de 2010, e adota outras providências;

Decreto Estadual nº 4.240, de 19 de janeiro de 2011 - Dispõe sobre a execução orçamentária-financeira anterior à vigência da Lei Orçamentária 2011;

Decreto Estadual nº 4.244, de 22 de outubro de 2011 - ;

Decreto Estadual nº 4.250, de 03 de março de 2011 - Altera do Decreto 4.240, de 19 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira anterior à vigência da Lei Orçamentária 2011;

Decreto Estadual nº 4.486, de 10 de fevereiro de 2012 - Dispõe sobre a execução orçamentário-financeira;

Decreto Estadual nº 4.447, de 30 de maio de 2012 - ;

Decreto Estadual nº 4.576, de 06 21 de junho de 2012 - Dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo e adota outras providências;

Decreto Estadual nº 4.619, de 21 de agosto de 2012 - Estabelecer contingenciamento do orçamento anual para o exercício de 2012;

Decreto Estadual nº 4.623, de 29 de agosto de 2012 - Altera o Decreto 4.576, de 21 de junho de 2012, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira do Poder Executivo, e adota outras providências.